

*O Estado de S. Paulo*  
*Sexta-feira, 17 de agosto de 2001*

## Dívidas e dúvidas

O PT COMEÇA A DESCOBRIR OS MISTÉRIOS DA REPUTAÇÃO E DA CREDIBILIDADE

*Rogério L. Furquim Werneck\**

Até as pedras já sabiam, e não é de hoje, que a proximidade da sucessão presidencial poderia trazer mais incerteza e instabilidade ao mercado financeiro, à medida que tornasse mais palpáveis temores de que a política econômica poderia passar por grandes mudanças, a partir do início de 2003. Boa parte destes temores, como bem se sabe, envolvem dúvidas sobre qual deverá ser o real compromisso do novo governo com a manutenção regular dos serviços das dívidas interna e externa. É curioso, portanto, que menções recentes a esta inegável fonte de turbulência, ensejadas pelo debate em torno do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, tenham sido recebidas com grande irritação, tanto pelo PT como por parte da mídia.

Na imprensa, houve até quem chegasse a alegar que tais temores eram completamente infundados. Que bastava leitura atenta do projeto de programa econômico divulgado há algumas semanas pelo PT, para constatar que uma vitória do partido jamais poderia dar lugar a calote da dívida ou a rompimento de contratos. Por simplista que seja, o argumento merece atenção.

Mesmo num País tão propenso a ter memória curta, não é demais tentar relembrar propostas que mobilizavam o PT há menos de um ano atrás. Em meados do ano passado, o partido lançou estridente campanha nacional de apoio a um plebiscito da dívida, visando consultar a população sobre a conveniência ou não de se manterem os serviços das dívidas interna e externa. A princípio, quando a idéia de apoio a tal plebiscito ganhou força no PT, ainda subsistia a esperança de que se tratava de iniciativa do baixo clero e, afinal, não contaria com o respaldo dos segmentos mais esclarecidos do partido. Triste engano.

No início de junho do ano passado, o deputado José Dirceu, que agora disputa como favorito a presidência do PT, chegou a apresentar formalmente projeto de decreto legislativo que oficializava tal plebiscito. E, nos meses seguintes, até as eleições municipais, os economistas mais proeminentes do partido, alguns deles professores universitários, de quem se poderia esperar postura um tanto mais esclarecida sobre a questão, declararam abertamente apoio à iniciativa. Um a um, publicaram artigos assinados na imprensa, defendendo explicitamente o plebiscito. Ante a brutal demonstração de primarismo da direção do partido, perfilaram-se todos. Agora chegou a conta.

Menos de doze meses depois, pretende agora o PT que ninguém coloque em dúvida seu recente e sagrado compromisso com o respeito aos serviços das dívidas interna e externa. Quem insiste em fazê-lo, preferindo acreditar no que parecia ser a postura do

partido sobre a questão no ano passado, é imediatamente acusado de estar praticando ato de terrorismo político.

Um dos principais avanços da teoria econômica nas últimas décadas foi o reconhecimento da importância da credibilidade e da reputação na gestão da política econômica. O PT parece ainda não ter percebido com a devida clareza que, tendo embarcado na malograda aventura eleitoral do plebiscito da dívida no ano passado, enfrenta agora seríssimo problema de reputação. Seria muito fácil se, no que tange à dívida, a postura do partido pudesse ficar inequivocamente estabelecida pela simples escolha das palavras corretas na redação do seu projeto de programa econômico. (O que está longe de ser o caso, porque o programa ainda deixa transparecer a falta de convicção do partido sobre a questão.) Mas a verdade é que seria preciso muito mais do que palavras bem escolhidas para dar credibilidade às juras sobre a dívida de um partido que se permitiu assumir posição tão irresponsável sobre a questão há menos de um ano atrás.

Lamentavelmente, perdem com isto, não só o PT, mas também o País. O discurso sobre a dívida adotado recentemente pelo partido parece inconsistente e pouco crível. E, como é o candidato do PT que, por enquanto, vem liderando com ampla vantagem as prévias para a eleição presidencial, é natural que surjam reações defensivas altamente desestabilizadoras no mercado financeiro. Isto significa que a condução da política econômica tem pela frente um problema de bom tamanho.

É preciso ficar claro que não basta fazer o jogo do contente, combinar que ninguém fala mais no assunto e fingir que o problema não existe. Tampouco adianta convencionar, como parece querer parte da imprensa, que quem tiver o mau gosto de levantar o problema não é democrata e revela feia resistência à idéia de alternância de poder.

A verdade é que, como é tão difícil negar que os temores sobre a dívida têm fundamento, será inevitável lidar com os efeitos desestabilizadores desta incerteza nos próximos meses. Tais efeitos poderão ser maiores ou menores, mas é difícil que não sejam substanciais. E o melhor que os responsáveis pela condução da política econômica podem fazer é de fato preparar a economia para enfrentar o tranco.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.